

CAMPUS

JORNAL LABORATÓRIO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO • UnB • Nº 37 • MAIO 82



No Lago Norte, uma nova área de lazer

*Lazer é
preocupação
em Brasília*

Página 3



Como camelôs, eles tentam vencer o desemprego

*Mas situação
de empregos
também preocupa*

Página 4



Na hora do almoço, um pouco d "bóia-quente"

*Nas ruas, elas
encontram um
árduo trabalho*

Página 4





Moradores do CO tem café da manhã

Os moradores do alojamento estudantil da UnB já têm seu café da manhã. Ele está sendo servido todas as manhãs, a partir das 7 horas, ao preço de 30 cruzeiros. Esta é uma reivindicação antiga dos moradores e foi por eles colocada em prática a partir da mobilização em torno dos preços do bandejão.

A luta dos estudantes contra a portaria 03/82 do MEC, que unificou os preços dos bandejões das Universidades Federais em Cr\$ 130 — Cr\$ 30 para carentes — resultou em duas invasões do restaurante e no seu fechamento durante um período de aproximadamente sete dias. Este fato criou um impasse para os moradores do Centro Olímpico que, reunidos em assembleia geral, elegeram uma comissão de alimentação.

Dando início aos trabalhos de arrecadação de fundos para a compra de alimentos, a comissão realizou um pedágio nas entradas da UnB, conseguindo, através da venda de um bônus, cerca de 23 mil cruzeiros, dos quais 13 mil foram destinados à primeira compra de alimentos e o restante investido numa festa no próprio alojamento. O lucro desta festa garantiu a alimentação dos *coelinos* durante todo o tempo em que o refeitório permaneceu fechado.

Segundo a comissão, a Sociedade de Abastecimento de Brasília, SAB, se dispôs a vender gêneros alimentícios a preços reduzidos e até mesmo a doar alguns destes gêneros, caso fosse aprovado pela sua Diretoria Comercial.

Um funcionário do Ceasa arranjou, junto aos comerciantes da casa, cerca de 400 quilos de legumes e verduras, os quais foram doados à comissão e posteriormente distribuídos entre os moradores que contribuíam com o que podiam para o fundo de recompra dos alimentos.

Alimentaram-se normalmente no alojamento, durante a semana em que o bandejão ficou fechado, cerca de 200 estudantes, que se revezavam no preparo da comida. Alguns moradores disseram que não se sentiram em momento algum prejudicados, elogiando o trabalho da comissão, que conseguiu, de certa forma, suprir as necessidades dos *coelinos*. As pessoas que

não se encaixaram em nenhum grupo ficaram um pouco prejudicadas, "mas não passamos fome" afirmaram.

No dia anterior à reabertura do bandejão, a comissão convocou uma reunião aberta no alojamento para discutir quais os rumos que seriam dados ao movimento, após a ducha de água fria que havia sido a assembleia geral da UnB do dia 23 de março, que decidiu por fim à luta pelo rebaixamento do preço do restaurante universitário. Na reunião avaliou-se a importância de toda a mobilização, que resultou numa maior integração entre os moradores do Centro Olímpico.

Para não perder este espírito de união e de solidariedade, os *coelinos* resolveram tirar o baú a antiga, mas sempre bem lembrada, reivindicação do café da manhã juntamente com a elaboração do projeto de uma cantina. Uma comissão, constituída por cinco alunos, ficou responsável pela elaboração deste projeto e pela implantação, a curto prazo, do café da manhã no CO. Esta comissão fez um levantamento da infraestrutura básica necessária e o encaminhou, ao Decanato de Assuntos Comunitários, que prometeu ceder todo o material necessário, como um fogão, geladeira, máquina de café, panelas, dois bolicas e mais a chave da área situada ao lado do centro de lazer, no bloco A, que foi projetada para ser uma cantina.

Segundo o Decanato de Assuntos Comunitários, professor Gentil Martins, a Universidade não pode dar ou mesmo subsidiar este café, mas pode ceder o espaço pretendido pelos moradores, juntamente com toda a infraestrutura. Dia 5 de abril pela manhã, a comissão foi ao Decanato discutir com o professor Gentil Martins, o projeto da cantina, por ela elaborado, e a viabilidade de sua implantação e funcionamento já nas próximas semanas.

O projeto foi totalmente aprovado pela Reitoria e já começa a ser preparada a licitação para aquisição do material necessário para o funcionamento da cantina.

(Terezinha Silveira)

Professores ganham menos

Um documento assinado por 448 professores, cerca de 60% dos docentes em exercício na UnB, reivindicando providências no sentido de recompor o poder aquisitivo de seus salários, com base nos vencimentos de março de 79, foi encaminhado à Reitoria, em abril passado, pela Associação dos Docentes da Universidade de Brasília — ADUnB. A medida, decisão da Assembleia-Geral realizada no início de abril, é parte da campanha salarial deflagrada no início de 1981 pelos docentes da UnB, juntamente com o Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

Segundo o 1º Secretário da ADUnB, professor Maurício Azeredo, "essa campanha visa recompor o poder aquisitivo dos salários que vêm sendo progressivamente corroídos pela inflação, já que os índices utilizados nos reajustes desde 79 — o INPC escalonado — não repõe as perdas salariais decorrentes do aumento do custo de vida".

Outra questão que tem mobilizado a ADUnB é a do enquadramento dos professores colaboradores e visitantes. Nas universidades federais autárquicas e nas fundações universitárias federais já ocorreu o enquadramento

maciço dos colaboradores, conforme explicou Azeredo. Essa medida, de acordo com a assessoria jurídica do SINPRO-DF, "corrigiu uma situação hoje ilegal, de manter em caráter permanente um profissional como colaborador". Na UnB, mais de 50% dos professores continua nessa situação que, segundo a ADUnB, os impede, estatutariamente, "de participar nos processos de decisão a nível dos Departamentos, além de os manter em uma posição instável, em termos trabalhistas".

O 1º Secretário da ADUnB esclareceu ainda que a campanha salarial e o enquadramento dos professores colaboradores e visitantes fazem parte de um conjunto de 19 reivindicações encaminhadas à Reitoria pelos docentes, através da ADUnB e do SINPRO-DF, em agosto de 81. Entre elas, figuram ainda questões quanto à estabilidade e garantia de emprego para os docentes e à formação de uma Comissão Paritária, constituída por professores indicados pela ADUnB, em Assembleia, e por membros da Administração Superior, para tratar de assuntos

relativos a questões regimentais, "tornando, dessa forma, mais democrático o processo decisório na UnB". Porém, disse o professor Azeredo, a resposta enviada pela Administração da FUB, "negava o atendimento a todas as reclamações". Os professores tentaram, continuou o professor, "estabelecer negociação direta com a Reitoria, que seguidas vezes se recusou a recebê-los". Os docentes decidiram, então, recorrer à Delegacia Regional do Trabalho onde, em uma segunda convocação, "a Direção da FUB mais uma vez negou todas as reclamações".

"Após mais uma frustrada tentativa de negociação no Tribunal de Justiça do Trabalho, o processo será, em breve, julgado em dissídio coletivo". Segundo ainda o professor Azeredo, "a intransigência por parte da Administração Superior é insustentável, já que a não solução das questões reivindicadas tem provocado acentuada insatisfação e, inclusive, a saída de inúmeros docentes para outras universidades".

(Graça Mendes)

O jornalismo político é atividade científica?

Um assunto interessante, mesmo que teórico, sempre pode apresentar facetas importantes, quando devidamente emoldurado pela experiência prática. Essa foi a impressão que deixou a palestra do jornalista Carlos Chagas na aula inaugural do Curso de Mestrado do Departamento de Comunicação da UnB, dia 25 de março passado.

O Jornalismo Político com Atividade Científica foi o tema sugerido pela chefia do Departamento e desenvolvido por Chagas, que além de professor da UnB, é diretor da Sucursal do "Estado" em Brasília.

No decorrer de seu discurso, Carlos Chagas evitou perder tempo ao desenrolar um roteiro de conceitos sobre o tema, fazendo apenas duas afirmações básicas, para satisfazer a perspectiva teórica que o assunto exigia: "todo jornalismo é político na medida em que transmite à sociedade o máximo de informações possíveis a respeito do que se passa em seu seio, considerando-se política atividade inerente a qualquer complexo social com fim de realizar o bem comum" e "o jornalismo político é uma atividade científica quando mostra, compara, analisa, interpreta e critica fatos, logo, o jornalista faz as vezes de cientista quando dissecar fenômenos, compara promessas e iniciativas de hoje com iniciativas e promessas da véspera, verbera contradições e aponta desvios, demonstra erros e acertos".

(Alfredo Mendonça)

Uma clínica para toda a comunidade

Se você está passando por algum mal estar psíquico e sem condições de pagar um tratamento, a clínica de Psicologia da UnB, gratuita, já está aberta à comunidade de Brasília. Ela atende a pessoas com pequenos problemas de desajuste, angústias, falta de confiança ou adaptação ambiental e familiar. Pessoas que apresentam graves e acentuadas neuroses são encaminhadas para clínicas especializadas.

O professor e coordenador Richard Bucher diz que vistas as limitações da Clínica, não há condições para fazer psicanálise e que se dá prioridade às psicoterapias breves com duração de dois meses, e de preferência à grupos.

As linhas seguidas são adotadas dependendo

do professor. Atualmente tem a linha do psicodrama que só se pratica em grupo; Gestalt e terapia de base analítica, podendo ser individual ou em grupo. Assim, são atendidas de 300 a 400 pessoas anualmente, inclusive crianças e adolescentes, sendo que a metade dos pacientes são estudantes da UnB.

Com base em levantamento realizado, chegou-se a conclusão que a procura desses serviços é maior pelas mulheres, que representam cerca de 60% do seu atendimento. Tal situação é devida pela dificuldade dos homens brasileiros em confiar em alguém e confessar que ele tem conflitos internos.

(Suely Tapajós)

Na UnB, beleza e poucas opções

Local de arrojado estilo arquitetônico, com grandes espaços e áreas verdes, nem por isso o campus da Universidade de Brasília favorece o encontro e o lazer. Sua tônica é a saúde da atividade acadêmica, condição necessária, mas nem sempre suficiente para o enriquecimento da vida universitária.

Raramente o estudante encontra como preencher agradavelmente um horário livre dentro do próprio campus, ou o que fazer no espaço de tempo entre o "bandeirão" e as aulas vespertinas. É que não são comuns eventos culturais "extra-curriculares" no espaço universitário.

Segundo a assistente social Conceição Zota Lopes, da Diretoria de Assuntos Comunitários, "o Serviço de Apoio Cultural incentiva e apoia a realização de atividades comunitárias no campus, desde que a iniciativa venha dos próprios alunos". O Serviço de Apoio Cultural é o responsável pela Bolsa Esporte/Pesquisa e pela Bolsa de Trabalho/Arte, através das quais alunos de todas as áreas podem desenvolver pesquisas e trabalhos para apresentar à comunidade universitária. Foi com o apoio do SAP que se realizou em novembro passado, no salão de exposições da Biblioteca Central, o 3º Salão Universitário, visto por mais de 3 mil pessoas, e que se realizou semanalmente concertos e serenatas no auditório da Música.

Para Frederico Lins Brasilense, um dos organizadores do Coral da UnB, "o que faz muitos alunos não se empenharem na promoção de atividades no campus é principalmente o medo das críticas". Ele acha que "as pessoas são muito preguiçosas, tem muito medo da opinião de terceiros. Além disso, elas só querem trabalhar em condições ideais, o que nem sempre é possível". Fred justifica o coral como "um truque para que muitas pessoas se reu-

nam". Criado em maio de 1981, o coral vem desenvolvendo um trabalho de aperfeiçoamento de canto-choral com alunos de todos os cursos, e promovendo semanalmente (toda sexta-feira, às 12:30 horas, no anfiteatro 9) apresentações artísticas e musicais. Somente no ano passado o coral promoveu mais de 40 shows na UnB e se apresentou também em hospitais, asilos, quadras e orfanatos.

Muitos outros espaços no campus poderiam ser melhor aproveitados. O teatro de arena, utilizado apenas para assembleias, seria excelente para peças e concertos ao ar livre. No auditório Dois Candangos, reservado para conferências e seminários, poderiam se realizar espetáculos que exigem mais recursos técnicos. O próprio Centro Olímpico, se descoberto e mais valorizado pelos estudantes, deixaria de ser uma "sala de aulas", onde compulsoriamente se exerce a prática desportiva como obrigação curricular.

Mesmo já existindo no campus alguns serviços básicos como banco, correio, livreria e a cooperativa seria oportuno a implantação de uma farmácia, de uma creche, e até mesmo de um posto médico.

Cientes da necessidade de maior integração entre estudantes, professores e funcionários para o crescimento da vida acadêmica, vários Centros-Acadêmicos têm promovido nos fins-de-semana torneios, piqueniques e festas. Segundo Carlos Pena, estudante do Departamento de Comunicação, "essas festas departamentais servem para aproximar e reaproximar pessoas, facilitando o entrosamento entre elas e criando um ambiente de participação coletiva". Para ele, esses encontros descontraídos são uma forma de facilitar o relacionamento formal que muitas vezes é mantido no campus, "tornando a comunidade mais aberta, alegre e unida".

(Antonio Emílio da Costa)

Monitores criam opções no Guará

"Som Natureza", "Saúde" e "Verão". Estes são os slogans usados pelos moradores da Quadra 6 do Guará I para a promoção de domingo de lazer, que vem acontecendo de dois em dois meses na praça da cidade.

Raimundo Costa Nonato, 24 anos, um dos principais organizadores e também monitor do Centro de Desenvolvimento Social (CDS), conta que tudo começou quando ele e seus companheiros sentiram a necessidade de promover um lazer ampliado, com uma programação mais abrangente, direcionada para todas as idades, durante de 9 horas da manhã às 11 da noite.

Costa explica que a função do CDS se restringia a dar cursos para menores e, nos domingos, fornecer materiais esportivos para as crianças da quadra brincarem. Foi quando criou-se a função de monitores que, após passarem por um curso no Centro, orientavam as atividades esportivas das crianças.

Pouco a pouco os jovens monitores foram conquistando espaço e passaram a querer mais. Quando não estão organizando a festa comunitária, eles cuidam do meio-ambiente, fazendo

reivindicações diretamente à administração local. Se ela não cumpre o pedido, eles mesmos procuram fazer o trabalho.

Segundo Renê Nonato, 22 anos e também monitor, um fato foi essencial para conquistar o respeito junto à administração: "Nós havíamos comunicado que o meio-fio da praça precisava urgentemente de reparos. O nosso pedido não foi atendido. Resultado: Nós mesmos pintamos tudo e arrumamos alguns estragos. Desde então, conquistamos a confiança da população local". Atualmente durante os domingos de lazer, a polícia ajuda, o DETUR fornece piquenique e o comércio patrocina.

A Quadra 6 foi o princípio. Segundo Costa, a equipe de monitores que atinge uma faixa etária entre 17 e 25 anos, têm participado na organização de lazer comunitário em outras Quadras. Ele acredita que esta opção para os moradores do Guará poderá se tornar um hábito, já que lá não existem as mesmas alternativas do Plano Piloto, que conta com parques e cinemas.

(Elizabeth Bohrer)



Durante a festa, o show do "Liga Tripa"

Festa inaugura nova área de lazer

Desde o mês de abril, todo último fim de semana há encontros de lazer na Península Norte, na área especial que foi inaugurada com uma grande festa promovida pelo Governo do Distrito Federal, a prefeitura do Lago Norte e o Centro Artístico da Península Norte (CAPN).

A idéia de se criar o CAPN partiu das professoras de artes Mara Boescheustein e Gislene Piragibe. Ambas queriam divulgar o trabalho do pintor paraplegico Assis de Aragão e também arrecadar fundos para a construção de uma igreja na comunidade. No início, o CAPN era desvinculado da prefeitura mas houve uma aliança entre os dois, para juntos promoverem o 1º Encontro de Lazer do Lago Norte.

Durante todo o domingo, dia 29 de abril, as pessoas que lá estavam puderam apreciar os trabalhos artesanais feitos pelos artistas do Lago Norte, que iam desde a pintura até a confecção de móveis. Durante os vários artistas, a presença do professor da UnB, Milton Ribeiro, que além de expor seus quadros também faz parte da direção do CAPN.

Também o esporte foi prestigiado neste encontro de lazer, nas apresentações de Aikidô pela Academia Shlaikan da 708 Norte. O Professor Nunes, faixa marrom, ficou encantado com a paisagem do lugar — "Um recanto merecedor de elogios" — segundo ele.

A Academia de balé Gisele Santoro apresentou uma peça infantil intitulada "O Circo Chegou", cujo elenco era composto na sua maioria por crianças. Houve, também, um espetáculo com danças eslavas, mazurcas, charleston e o nosso forró.

Paralelamente às atividades que se desenvolviam no palco, as professoras de arte Gislene Piragibe, Sueli Ferrari, Isabel Hilgenberg e Cecília de Almeida ensinavam às crianças presentes noções elementares de pintura, que elas prontamente assimilavam nos borrões de tinta que faziam no papel.

"HYDE PARK"

A prefeitura da Península Norte, que comprou todo o material usado neste encontro de lazer com recursos próprios, recebeu do Governo do Distrito Federal toda a infraestrutura necessária para a realização do evento.

"Pretendemos criar um teatro ao ar livre aqui no Lago Norte para a exibição de grupos amadores. Nossa área de lazer é um lugar de expressão artística tal como o Hyde Park, mas sem conotação política", foi o que declarou Silvia Seabra, prefeita do Lago Norte. Explicou ela — "Por enquanto, o centro de artes do CAPN é supervisionado pelos artistas que moram na Península Norte mas, todos os artistas brasileiros que quiserem participar é só telefonar para a Prefeitura, telefone 577-1900 e inscrever-se".

Salientou ainda que todo último fim-de-semana do mês haverá encontros na área de lazer do Lago Norte, abertos ao povo brasileiro em geral.

"PRIMEIROS CONFLITOS"

Apesar de ter sido o 1º Encontro de Lazer, as desavenças já surgiram e irão afetar os próximos, pois o CAPN não vai mais participar. Duas das organizadoras, Gislene Piragibe e Mara Boescheustein desentenderam-se com a prefeita Silvia Seabra e não mais participarão dos encontros. "As pessoas que vieram aqui se apresentar foram todas convidadas por nós do CAPN e não receberam nenhum cachê. Já o palhaço Cacareco exigiu a quantia de 30 mil cruzeiros por sua vinda, e a prefeita Silvia prontamente pagou, indo contra toda a nossa filosofia de trabalho, que é a vinda dos artistas com o sentido de ajudar e não o de comerciar", foi o que declarou Mara.

"PARQUE PITHON FARIAS"

A inauguração da área de lazer do Lago Norte foi um sucesso, tendo inclusive, a presença de moradores da Asa Sul como o Sr. Célio Biavati que acha esta área de lazer uma coisa diferente em Brasília: "O Parque Rogério Pitton Farias já não apresenta mais atrativos; as pessoas vão preferir vir para cá", declarou ele.

(Sandra Tibana e Vilza de Almeida)

A questão das migrações

Após o Estado de Rondônia, o Distrito Federal foi a unidade que mais recebeu migrantes na Região Centro-Oeste durante o ano passado. A informação foi fornecida por técnicos da Sudeco, ao concluir a sua avaliação do Programa de Migrações Internas a nível regional.

Segundo os técnicos, em 1981 foram cadastrados no DF 24 mil e 200 migrantes, aos quais foram prestados 184 mil atendimentos, que vão desde serviços (fornecimento de passagens, alimentação, hospedagem, documentação e assistência médica) até treinamento profissional e colocação no mercado de trabalho. Em Rondônia, que detém a maior taxa de crescimento demográfico do país, entraram em 1981 cerca de 80,5 mil migrantes. Este ano prevê-se a entrada de mais cem mil.

Em Brasília, a Fundação de Serviço Social está encarregada de controlar e avaliar o atendimento prestado ao migrante, além de identificar as características das correntes migratórias em direção ao Distrito Federal. Por enquanto, esse trabalho resume-se, principalmente, em "conscientizar" a população de baixa renda já instalada na região para evitar que sirva de atrativo ao contingente de desempregados que marcham em busca de alternativas nos grandes centros.

O objetivo, como explicam os técnicos da Sudeco, "é cortar o mal pela raiz". O Distrito Federal, de acordo com os relatórios divulgados pelo órgão, não está suficientemente estruturado para comportar mais de um milhão de habitantes. O próprio idealizador da cidade, o arquiteto Lúcio Costa, através de um relatório apresentado ao Congresso Nacional, em 1978, reconheceu o "desastre" que seria para Brasília e seu plano-piloto, se continuasse o fluxo migratório em direção ao Planalto Central. Na época, Lúcio Costa, além de lembrar que o DF foi planejado para comportar, no máximo, 700 mil habitantes, admitiu ainda que a criação das cidades-satélites não foi aplicado de acordo com os planos originais, que previa um crescimento ordenado.

Para o trabalho de "conscientização" do migrante, a Sudeco está instalando três postos de atendimento nos municípios goianos de Posse, Cabeceiras e Cristalina — áreas consideradas como "expulsoras" em direção a Brasília. E até o final do ano está prevista a implantação de uma unidade de cadastramento no município de Gurupi, ponto estratégico de passagem de migrantes por se encontrar à margem da rodovia Belém-Brasília.

O Programa de Migrações Internas na Região Centro-Oeste deverá aplicar este ano Cr\$ 51 milhões, dos quais quase a metade, ou seja, 23,7 milhões no Estado de Rondônia. Ao Distrito Federal, de acordo com os técnicos da Sudeco, deverão ser destinados 8 milhões; Goiás, 9 milhões; Mato Grosso, 7,5 milhões; e Mato Grosso do Sul, 3 milhões.

(Bartolomeu Rodrigues)

CAMELÔ: "Artista e bandido"



Ser camelô é uma forma de vencer o desemprego



Na jardinagem, as mulheres encontram emprego

O duro trabalho dessas mulheres

Por volta das onze horas elas podem ser vistas esquentando suas marmittas sobre brasas ou sobre latas com álcool. Muitas vezes é um almoço pobre, sem um ovo ou legume, e sempre feito de véspera. Logo em seguida ao almoço, esticam seus corpos à sombra, para um cochilo, na própria grama que ajudam a cuidar.

Brasília, projetada com amplos espaços ocupados por canteiros gramados e ajardinados, necessita de grandes contingentes de pessoas para conservar os seus jardins. Com dificuldade de encontrar pessoal para o trabalho de conservação dos ajardinados, a Novacap, a partir de 1974, passou a recrutar mulheres para o serviço. Hoje o efetivo é de aproximadamente 500 mulheres.

Persília Maria de Jesus, 28 anos, trabalha há dois anos como "jardineira". Ela conta a sua experiência: "Eu nunca trabalhei na terra, mas quando comecei não houve problemas; o jeito era enfrentar pois não havia outro emprego".

Para Maria do Carmo de Souza, "o trabalho não é cansativo". Segundo ela, "o que atrapalha é o calor do sol, ao meio-dia", devido à sua pressão alta. Aos 48 anos, solteira e com uma filha para dar de comer, vestir e calçar, ela explica: "Tenho que aceitar o emprego que vier".

A história da admissão de mulheres para o

serviço de jardinagem é resumida por Ozanan Coelho de Alencar, Chefe do Departamento de Parques e Jardins da Novacap: "Até antes de 1974 o contingente masculino atendia a este serviço em 100 por cento. Acontece que os homens foram sendo atraídos, gradativamente, para a construção civil que na época, tomou grande impulso. Os operários viam na hora extra noturna e tarefas aos sábados, meios de engordar seus salários".

De acordo com Gamaliel de Cardoso, funcionário da Confederal, firma que contrata pessoal para a conservação dos ajardinados, "esse campo de trabalho é muito bom para a mulher, principalmente a mulher sem qualificação ou preparo profissional". Ele ressalta: "Temos trabalhado com elas já há alguns anos e constatamos que são mais habilidosas na limpeza do que os homens".

Em termos do mercado de trabalho, a mão-de-obra empregada nesse campo é servida pela CLT, com direito ao INAMPS e salário mínimo, o que não ocorre, por exemplo, com as empregadas domésticas. As "jardineiras" tem ainda condução própria da firma em que trabalham e recebem custeio alimentar, o que reduz parcialmente os seus gastos. Também ao contrário de uma empregada doméstica, elas têm uma semana de trabalho mais curta, com sábados e domingos livres.

Tereza Santos de Oliveira, moradora da Ceilândia, fala escondendo as mãos calejadas e sujas de terra: "Sou solteira e tenho que sustentar 5 filhos. Já trabalhei muito como doméstica, mas larguei porque as patroas não gostam de assinar a nossa Carteira. Gastava muito em passagem de ônibus e pagava o INAMPS por minha conta. Acho muita vantagem estar empregada pela Novacap".

Dividindo as despesas com a tia, Maria Joaquina da Silva gosta de seu emprego porque tem folga aos sábados e domingos. "Assim posso passear, cuidar das minhas coisas e namorar".

Na opinião das mulheres, os homens não ficam ressentidos por estarem trabalhando, lado a lado, com elas. Maria Joaquina fala pelas companheiras: "Os colegas de trabalho não acham nada demais. Eles sabem que nós mulheres também estamos precisando do dinheiro no fim do mês. É tudo a mesma coisa".

No entanto, o encarregado de supervisionar o trabalho nos jardins, Francisco José, acha que "não pega bem" mulher ficar capinando com enxada na mão. "Já vi muitas na roça, mas aqui na cidade não gostei". E afirma categoricamente: "Se elas ficam, não é porque aguentam, não. É porque precisam".

(I nez de Podestá)

"Na época de maçã, eu vendo maçã; na de manga, vendo manga; na de caju, vendo caju; e quando não é época de fruta nenhuma, vendo banana e laranja". Embora pareça uma piada, a declaração, dada por um daqueles camelôs que fazem ponto no Setor Comercial Sul, reflete o estado de espírito dos centenas (ou milhares) de desempregados do Distrito Federal. Sebastião Moreira, ou simplesmente Moreirinha é o autor da frase: "Ser camelô é ser bandido e artista ao mesmo tempo".

Ele, como tantos outros, tentaram de tudo no DF. Constataram que a realidade é outra: aqui, como em qualquer outra grande cidade, a concorrência é cada vez maior. Por isso confessa, sem constrangimento: "Quebrei a cara, rapaz. Me diziam que a cidade estava comendo, que a gente podia crescer na vida. Mas não cresce não. É muito difícil. Pra mim Brasília não tem muita diferença de São Paulo".

Moreirinha é o típico camelô brasileiro: é nordestino, da Paraíba, grau de escolaridade primária, e divide um barraco, na Ceilândia, com quatro amigos, todos do "ramo". "Quando o rapa deixa a gente zerado, é cada um por todos. União nessas horas é importante". O fantasma de seus pesadelos, o "rapa", ou mais precisamente as Blitzes da Secretaria de Finanças (apoiadas moralmente pela rádio-patrulha), o atormenta diariamente. Mesmo enquanto fazia as declarações seus olhos registravam todos os detalhes em volta. Qualquer descuido, afirma pode ser o fim.

Os agentes da Secretaria de Finanças, segundo ele, agem quando menos se espera. Às vezes demora-se meses sem qualquer ação "anti-camelôs", e a tática da Secretaria talvez esteja em demonstrar uma certa permissividade. Quando isto ocorre, a plataforma superior da Estação Rodoviária, próximo ao Conjunto Nacional, fica lotado de vendedores. De tudo se vende a preços baixos, como se configurassem um desafio ao suntuoso shopping center. São calças, peças íntimas de mulheres, bijuterias, toda espécie de bujüngangas. Enfim, uma feira livre não acatada, de forma, alguma, pelos lojistas do Conjunto Nacional.

Várias reclamações já chegaram aos gabinetes do Governo do Distrito Federal, que numa tentativa de encontrar uma solução para o caso, criou uma "área livre" no Setor Comercial Sul, perto da Praça dos Artistas. A idéia foi bem aceita pelos camelôs oficiais, ou seja, aqueles que entraram com um pedido de registro na Secretaria de Finanças. Mas os clandestinos continuaram no drama, mesmo porque a "área" não comporta todos da cidade.

"Não tenho licença para comerciar". — confessa Moreirinha — "É muito complicado, exigem muitos documentos". Mas, na verdade, não é só por isso que Moreirinha, assim como os demais "marginalizados" não entram com um pedido na Secretaria. Eles ainda têm esperança de conseguir outro trabalho. Nesse caso, camelô seria apenas um "bico", uma forma de so-

breviência temporária (que no entanto vai perdurando por anos).

O SINE — Sistema Nacional de Emprego — cadastrou, no primeiro trimestre deste ano, mais de seis mil "moreirinhas" em Brasília. Só pôde conseguir emprego para 2 mil e 400. De acordo com uma funcionária do órgão, ligado ao Ministério do Trabalho, Maria Tereza Assumpção, a Secretaria de Comunicação Social do GDF se encarrega de divulgar à imprensa local os empregos oferecidos, que vão de serventes de obras, pintores, desenhistas de letras e padeiros.

"Já procurei um desses empregos", prossegue Moreirinha, "e não me dei bem por causa do salário. Ruim por ruim prefiro ficar no meu. Ganho pouco, mas pelo menos não vou assaltar ninguém por aí. Se estou trabalhando é porque não quero roubar, não quero feirir ninguém". O desabafo de Moreirinha, endossado imediatamente por todos os companheiros ao seu redor, foi logo seguido por um apelo: a violência muitas vezes empregada pela polícia para impedir que ganhem a vida como comerciantes é totalmente desnecessária.

Mas por que não mudar? Para finalizar, Moreirinha interroga: "Mudar para onde? Em qualquer lugar o camelô é discriminado. Os rapas são iguais em todo o Brasil, até em Belém do Pará. Pra roça é que não volto. Pior que a violência é a fome".

— "Aceita uma goiabada?"

(Bartolomeu Rodrigues)

Transferência de títulos para Brasília

O número de títulos eleitorais transferidos do Distrito Federal para as cidades goianas vizinhas é muito alto. Segundo as estatísticas a média de 20 títulos diários, registrada no fim do ano passado, é agora de 35 títulos por dia, pertencentes a eleitores do DF que resolveram participar das eleições em Goiás.

O prazo limite para transferência de títulos é de 100 dias antes das eleições, ou seja, em 1982, aproximadamente 5 de agosto, quando não mais se poderá modificar o domicílio eleitoral para fins de votação. Este prazo é estipulado pela Lei nº 4.737, artigo 55, parágrafo 1º, item 1.

A cidade-satélite do Gama é a que registra maior número de transferência por ser o núcleo populacional mais próximo de Luziânia. Embora sem eleições, o Distrito Federal possui 11 juizes eleitorais. Quatro deles são responsáveis pela 1ª zona, onde se inclui o Plano Piloto, e os restantes nas demais zonas eleitorais. Eles ajudam na expedição dos títulos e na análise dos casos de transferência, que ocorrem com muita frequência.

A transferência de título é simples, segundo informou Antônio Douglas, responsável pela 1ª zona eleitoral: basta levar três fotos 3 por 4, um atestado de residência, que pode ser uma simples conta de telefone ou equivalente, e o título eleitoral. O novo título será emitido em pouco tempo.

Desde 1960, parlamentares e parte da população vêm se preocupando com a inexistência de eleições no Distrito Federal. Por isso, vários projetos de leis e emendas à Constituição foram apresentados nestes últimos 20 anos, mas nenhum deles conseguiu vencer problemas como a falta de quorum e o decurso de prazo. No entanto a luta continua e o Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) apresentou nova emenda propondo o voto aos eleitores nascidos em outros Estados com domicílio eleitoral em Brasília, para que estes possam eleger candidatos de seus estados de origem. Atualmente esta emenda tramita nas comissões mistas esperando o parecer, favorável ou não, do relator.

(Marcia Kalume)

A dura vida do menor abandonado



No abandono do menor, uma denúncia à sociedade

Tema comum à vida do brasileiro, os menores abandonados perambulam pela cidade à procura de uma oportunidade de trabalho. "Faço qualquer tipo de serviço; preciso ajudar em casa", diz Wilson do Nascimento, 14 anos.

Essa é a situação de pelo menos 25% dos menores que vivem em Brasília. Segundo a FUNABEM — Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a elevada taxa se deve ao grande fluxo migratório e o significativo crescimento vegetativo da população, essencialmente formada por jovens. Revela ainda que "apesar de todos os esforços, pouco mais de 20% desses menores recebem assistência social devida".

Miguel Francisco S. N. Silva, 14 anos, fala de grande dificuldade para se obter algum emprego: "Porque somos meno-

res, não se arranja emprego. A gente fica nos estacionamentos vigiando carros. Dá para tirar até Cr\$ 300,00 por dia; não dá mesmo é para estudar. Saio de Brasília bem cedo e passo o dia aqui".

A queixa é sempre a mesma e Herbert Rafael Coelho, 15 anos, reforça "En, prego pra gente é mesmo impossível mesmo", diz ele, "Se você mesma quiser ou se sabe de alguém que esteja procurando uma pessoa eu cuido de jardim, lavo carro, engraxo sapato, faço qualquer tipo de serviço".

Muitas vezes o menor não tem conhecimento de que existem associações que dão assistência a eles e suas famílias. É o caso de José Carlos Faé, 13 anos. "Não, ainda não sabia que existem esses lugares que dão ajuda pra gente. Onde mesmo que é? Está muito difícil arranjar qualquer coisa para trabalhar. Lá em casa

somos em 10 crianças, cada um tem que ajudar porque a mãe é viúva e a vida tá muito difícil".

Apesar da dificuldade da solução do problema, programas assistenciais são frequentemente estudados e desenvolvidos visando a prevenção de marginalização do menor no Distrito Federal. A idéia é que cada caso seja estudado particularmente e o menor encaminhado conforme suas necessidades para qualquer uma das alternativas de assistência — colocação familiar, internamento em obras sociais atendimento na própria família, reintegração familiar, recambiamento e adoção. Porém, fontes da própria FUNABEM reconhecem que a dimensão do problema do menor torna "praticamente impossível" a sua solução a curto e médio prazo.

(Cassia Name)

Brasília: o voto não apenas para o Congresso

Votar também nos candidatos a governador e deputado estadual, além de senador e deputado federal, já é possível aos eleitores de outros estados que residem no Distrito Federal. Essa medida, que ampliou a votação em Brasília, estava incluída no primeiro pacote eleitoral do governo, que foi decretado em novembro de 1981.

Para regular a situação dos eleitores de outras regiões que vivem em Brasília, o governo sancionou, em agosto de 1974, a lei 6091 que possibilitou o voto no DF apenas para o Congresso Nacional. O eleitor que deseja votar em Brasília deverá requerer aos juizes eleitorais, até 45 dias antes das eleições, a transferência de sua folha individual de votação, mediante

a apresentação do título de eleitor ou certidão da inscrição eleitoral, nos postos do Tribunal Regional Eleitoral ou nos cartórios eleitorais.

A folha de votação e a segunda parte do título de eleitor serão remetidos pela zona eleitoral de origem ao juiz eleitoral do DF. Estes documentos permanecerão em Brasília até que o eleitor opte pela sua devolução. Para isso terá que requerer à zona eleitoral de origem a folha de votação, que será devolvida ao seu Estado.

Esta lei contribuiu, em grande parte, para acabar com o excessivo número de justificativas, dos que não haviam votado nas eleições, pois o DF conta com uma população de 450 mil eleitores, entre os quais 100 mil são de outros estados. Os

outros são inscritos em Brasília ou transferiram seus títulos.

O deputado Edison Lobão (PDS-MA) apresentou, em abril de 1981, projeto de lei na Câmara dos Deputados, que dá direito de voto aos 350 mil eleitores inscritos no Distrito Federal. Este projeto dispõe sobre a participação dos brasileiros nas eleições para governador, senador e deputado federal, sendo que o eleitor poderá optar por qual estado da federação deseja votar.

O deputado maranhense cita, em defesa de seu projeto, a obrigatoriedade do voto expressa na Constituição Brasileira, mas não coloca a necessidade de representação política para o DF, e o direito

que a população, assim como todo o povo brasileiro, tem de escolher seus próprios representantes entre os políticos que estejam realmente comprometidos com os seus problemas. "O pedesista Lobão se esquece de colocar que o governador do Acre ou do Maranhão não irá solucionar os vários problemas do DF", afirmou Maerle Ferreira Lima do Comitê pelo voto em Brasília.

Este projeto encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e, atualmente, está sendo discutido na sub-comissão da Reforma Eleitoral.

(Terezinha Silveira)

"Brasilizar" o COM é concentrar os

Até 1972, o professor Sérgio Porto, atual chefe do Departamento de Comunicação da UnB, exerceu várias atividades de caráter profissional nas áreas de Relações Públicas, Propaganda, e Administração no campo da Comunicação. Foi gerente do *Diário de Minas*, um jornal de Belo Horizonte; chefe do grupo de contas da *Denison Propaganda* em Minas Gerais; gerente da *Editora Abril* no mesmo Estado durante seis anos; e trabalhou na *Bloch Editores*, área de Educação. Em 1973 chegou a Brasília a convite do professor José Salomão, à época chefe do Departamento de Comunicação da UnB, para dar aulas de Relações Públicas. Um ano mais tarde era iniciado o Mestrado no Departamento e Sérgio Porto deu esta entrevista ao CAMPUS:

CAMPUS — Fale sobre suas experiências recentes no campo da Comunicação.

SÉRGIO — A experiência mais recente que tenho é canadense, na área de pós-graduação. Os cursos de pós-graduação e mesmo os de graduação, nas universidades canadenses e, principalmente, na universidade em que estudei, a McGill University, em Montreal, são cursos que inserem a Comunicação no campo cultural, são cursos que já passaram a se preocupar menos com a eficiência dos meios. Os cursos canadenses não perseguem hoje exatamente tornar o aluno eficiente para atuar nos meios, objetivo que seria atingido pelo próprio aluno em sua vida prática ou profissional. De forma que os alunos buscam na prática, no exercício da profissão, alcançar a competência e a eficiência; eles mais ou menos independem da universidade para isso. Na universidade os alunos vão buscar a sua formação acadêmica, que, evidentemente, está muito acima do uso eficiente dos meios de massa. Aqui no Brasil, os cursos ainda estão totalmente voltados para que o aluno seja um bom jornalista, um eficiente relações públicas, um bom publicitário e um profissional de alto nível em Rádio, TV e Cinema. Isso é válido, mas é insuficiente como proposta universitária.

CAMPUS — O que significa inserir a Comunicação no processo cultural?

SÉRGIO — Dada uma definição de comunicação como a produção social do significado, a comunicação seria dar sentido social àqueles fragmentos encontrados na sociedade que ainda carecem de valorização ou que têm valor em si, mas que não foram ainda vistos como uma forma de poder. Então a função da comunicação seria relacionar todos esses fragmentos que dão sentido à sociedade e montá-los num todo, num mosaico realmente representativo da cultura. Esse modelo de situar a comunicação num contexto cultural, o Canadá o importou da Inglaterra. Lá, em 1952, iniciaram-se os estudos culturais da comunicação. A tônica desses estudos culturais era e continua sendo privilegiar tudo aquilo que ainda não havia sido sele-

cionado como representante de uma cultura, por questões de posicionamentos na esfera do poder. Por exemplo, os estudos lá chamados de "popular memory" se concentram em todos aqueles aspectos da cultura popular que poderiam dar um significado de memória nacional à Inglaterra. Memória não é no sentido de jogar num museu as estátuas e os poemas, os documentos encontrados: trata-se de dar vida a esses documentos, a essas estátuas, que eles possam falar significativamente pelo país. Neste sentido, a interpretação passa a ser uma das principais tarefas do comunicador.

CAMPUS — Como você situa o curso de Comunicação da UnB?

SÉRGIO — Posso me reportar a uma recente pesquisa publicada pelas revistas *PLAYBOY* e *VEJA* e que também saiu na *FOLHA DE SÃO PAULO*. Foi uma pesquisa feita pela Editora Abril com o objetivo de saber, na opinião de alguns especialistas, quais os dez melhores cursos de graduação e os cinco melhores cursos de pós-graduação do país. Ressalvadas as condições de produção da pesquisa, que tem lados positivos e negativos, (não explícita o universo pesquisado) o nosso curso de Comunicação foi muito bem situado: terceiro lugar nos cursos de graduação e de pós-graduação. Acho que um terceiro lugar já é honroso, principalmente em graduação, onde foram arrolados 10 cursos. Fazendo uma visita a outras faculdades de comunicação do país, você percebe que realmente o nosso curso já está muito bem aquinhoado, pelo menos em termos de equipamentos, mesmo equipamentos áudio-visuais, que temos poucos. O país realmente é pobre e eu vejo com certa tranquilidade a posição do nosso curso, muito embora ele esteja cheio de problemas. O nosso maior problema é ainda a sua INDEFINIÇÃO DE OBJETIVOS.

CAMPUS — Você poderia apontar os principais problemas que vê no curso?

SÉRGIO — Como começava a dizer, um dos problemas vitais que existem em nosso curso no momento é encontrar, definir, a nossa linha mestra de ação. Ao que parece, essa linha deve ser a área do jornalismo político, para a qual a casa possui uma vocação bem definida. Fomos criados na época do Pompeu de Souza, como Faculdade de Comunicação de Massas, e o primeiro curso aqui implementado foi o de jornalismo. Dos 21 professores que temos, a grande maioria é de jornalistas. Além disso, Brasília, como sede do poder nacional, é uma cidade eminentemente política. Então, temos de aliar o jornalismo à política, jornalismo entendido no lato senso, que possa abranger a área do áudio-visual ou seja toda a expressão jornalística que possa retratar o fenômeno do poder.

CAMPUS — Explique melhor esse direcionamento do curso.

SÉRGIO — No caso de optarmos pelo posicionamento de colocar a Comunicação dentro do dado cultural e, em consequência, optarmos pela vocação jornalística do nosso departamento, a tarefa, doravante, passaria a ser a de inserir



Professor Sérgio Porto: novo chefe do COM

todos os fragmentos encontráveis na área de poder na cidade de Brasília e montá-los todos, através do jornalismo (gráfico, televisado, radiofônico, cinematográfico). Nesse contexto também se incluiriam as teses dos mestrados que se preocupam em fazer uma análise ideológica das manifestações do poder em Brasília. Acho que o nosso Departamento carece de um direcionamento nessa área; devemos pensar realmente nessa tônica, nesse endereçamento, pois parece ser essa a nossa vocação.

CAMPUS — Como levar adiante essas idéias?

SÉRGIO — Já estamos agindo e os professores estão divididos em cinco áreas: Básico, Jornalismo, Áudio-Visual, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda e, Mestrado. Também já solicitamos aos professores para que pensem numa fórmula concreta de nos debruçarmos sobre o nosso real, dentro de cada uma dessas cinco opções. Esses grupos começam a se reunir nos meses de abril e maio e teremos em 9 de junho a primeira grande reunião de todos eles, cada qual já trazendo um resultado das discussões internas sobre qual é o seu tipo de inserção na realidade local que possa inspirar uma linha mestra para o Departamento, a ser tomada no segundo semestre deste ano. Um primeiro trabalho prático seria a análise dos programas das disciplinas por cada uma das áreas acima mencionadas, tendo em vista a sua contribuição para a vocação da casa.

CAMPUS — Haveria então modificações no currículo?

SÉRGIO — Se chegarmos a um consenso, poderemos, já no segundo semestre, partir para a elaboração de um currículo experimental, um novo currículo que atenda às necessidades e exigências do currículo mínimo do CFE, mas que seja capaz de dar vazão à vocação política do Departamento.

CAMPUS — Acha, então, que os Departamentos devam ter autonomia para elaborar seus próprios currículos?

SÉRGIO — Eu acho que essa iniciativa só poderá partir de nós, do Departamento, e que dificilmente outras áreas se preocupariam conosco, a não ser no mau sentido, como já o têm feito, com a idéia, por exemplo de se fechar cursos de Comunicação.

CAMPUS — Não seria uma solução para a crise do mercado de trabalho na área?

SÉRGIO — De uns dois ou três anos para cá, só se fala em fechar cursos de Comunicação. Essa idéia é eminentemente política, partiu de lugares certos, ou melhor, do jornal O ESTADO DE S. PAULO. Vocês todos já conhecem a gênese dessa posição política, de porque fechar

Em nossos esforços no fenômeno político



dades, respeitando a vocação da casa e até o número de professores que temos na área do jornalismo. E como se daria esta solidariedade? Concentrando a sua força curricular também na análise do fenômeno político. Assim o nosso curso de publicidade e propaganda privilegiariam o estudo da propaganda política ou da propaganda de idéias, mesmo que sejam estas, idéias de consumo. As partes vitais do ensino publicitário, quais sejam: criatividade, planejamento e 'media' procurariam atender a este enfoque. O resultado disso seria uma especialização de nosso departamento, também na área de publicidade e propaganda, no campo político. Daqui poderíamos sair futuramente estrategistas do marketing político e mesmo críticos dessa mesma estratégia persuasória. Acredito que todos os partidos nacionais, quer sejam eles da situação, quantos os da oposição, necessitam da pragmática da propaganda política. Haja vista o enorme interesse despertado pelo Seminário Internacional de Propaganda Política, a ser promovido pelo COM e Decanato de Extensão da UnB em convênio com a Associação Brasileira de Propaganda, a ser possivelmente realizado no próximo mês de julho ou agosto.

No que toca às Relações Públicas, seria desnecessário enfatizar a sua importância, quando ligada ao fenômeno Governamental, ou Institucional. Por sinal, Brasília é a sede do poder nacional local onde na verdade se realizam as Relações Públicas Governamentais. Adequar nossos currículos à análise deste fenômeno só poderia acarretar uma especialização de nossos alunos nesta importante parte do fenômeno das Relações Públicas. Vamos dizer que as RP Empresariais seriam melhor estudadas em São Paulo e que aqui em Brasília nossos alunos teriam melhores facilidades de acesso ao estudo e à prática das Relações Públicas de Governo. Seria interessante lembrar que esta solidariedade das Relações Públicas, em nosso departamento, juntando também seus esforços à análise do problema do poder, significa uma volta às nossas raízes. Nossos primeiros cursos de RP foram ministrados pelo então coronel Octávio Costa, que se notabilizou neste país como o Assessor-Chefe da AERP — Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República. Por uma dessas coincidências, nosso atual Professor de Relações Públicas, é também o assessor de RP da Presidência da República.

CAMPUS — No semestre que vem os alunos de Jornalismo farão seu estágio aqui mesmo no Departamento, no Jornal-laboratório. Essa experiência poderia substituir um estágio num jornal profissional?

SÉRGIO — É um contra-senso você pensar sobre o que seja o fenômeno do estágio intra-muros. Estágio para mim é lá fora. O problema é que lá fora encontramos uma deformação do mercado: as empresas necessitam de profissionais de texto, de jornalistas, de intérpretes do fenômeno político brasileiro, mas, geralmente, não têm verbas ou endereçam suas verbas para outras prioridades. Então procuram o estagiário de jornalismo, que virou sinônimo de profissional barato. O jovem do nosso Departamento que está se formando e procura um estágio de jornalismo começa desde então, a fazer uma concorrência desleal aos que já estão na profissão. Torna-se, mesmo antes de se formar, um inimigo da sua classe profissional. Então, já que o estágio tem que ser feito lá fora, mas lá fora está deteriorado, vamos consertar como podemos aqui dentro. De outra forma, é uma maneira de nos solidarizarmos com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília, que inicialmente proibiu esta fórmula de estágio.

CAMPUS — Como é o projeto do CAMPUS Jornal-estágio?

SÉRGIO — Professores e alunos em conjunto fizeram uma proposta à Superintendência Executiva da Universidade para termos um jornal-estágio, que seria uma reformulação do CAMPUS, passando a ser quinzenal, a partir do segundo semestre deste ano. Com isso estaríamos imitando, mimetizando a realidade lá fora, com mais força, com mais verossimilhança. A

nível de remendo, seria o melhor que poderíamos fazer diante das condições do mercado. Acho que poderemos ter estágios bem razoáveis aqui dentro do CAMPUS. É a solução que tivemos para isso, dentro da área de jornalismo. Mas é uma situação precária e provisória. Quando o mercado ajustar, restará ao COM-UnB um excelente assim espero, jornal-laboratório.

CAMPUS — Como serão preenchidas as vagas abertas no Departamento com a saída de alguns professores?

SÉRGIO — De comum acordo com os desejos do colegiado, vamos preencher a vaga do professor Guerra com uma professora de fotografia, cujo currículo foi selecionado entre os melhores apresentados, e o seu pedido de contratação já se encontra com o Magnífico Reitor. Para o lugar do professor André Gustavo, estamos tentando contratar um professor substituto para as áreas básicas. No segundo semestre deste ano, com as férias sabáticas do professor Venício, precisaremos também de um profissional que possa atender as áreas de HCMC. Combinamos também que seria selecionado um professor entre os nossos alunos do Mestrado, por meio de um concurso interno. A comissão que organizou esta seleção foi chefiada pelo professor Vilela e os outros membros foram os professores Walder, Ubirajara e eu. O concurso foi realizado nos dias 19, 22 e 23 de abril e concorreram cinco alunos do mestrado. Caso a universidade não aceite aluno de mestrado como professor colaborador e julgar melhor a figura de professor auxiliar, então nos mobilizaremos neste sentido. Quanto à vaga aberta com a saída do professor Luiz Gonzaga, estamos iniciando contatos com doutores ou pessoas que estejam se doutorando. É o caso do convite já formulado ao Prof. Sérgio Matos que atualmente termina seu Ph.D em Austin, Texas. Ele originariamente pertence à Universidade Federal da Bahia.

CAMPUS — Qual a sua impressão do aluno de Comunicação?

SÉRGIO — Do ponto de vista acadêmico, o aluno de comunicação como um todo, deixa um pouco a desejar. Ainda somos vítima de uma certa procura inescrupulosa no sentido de que o modismo ainda nos afeta. Então, a avalanche que se forma em Comunicação é muito decorrente ainda da grande procura, por razões de moda ou como opção a cursos mais fáceis de ingressar. Mas, à medida que o Departamento se especializar, a procura vai ser mais direcionada, eu acho que pode melhorar o perfil do nosso aluno. Acho que o aluno de Comunicação ainda estuda pouco, carece de uma tradição acadêmica, e que deve-se dedicar mais à área de estudo, de pesquisa. A curto prazo, acho que poderá haver uma melhoria com esse direcionamento do Departamento.

CAMPUS — A que você atribui sua escolha para Chefe do Departamento?

SÉRGIO — Existem várias explicações, uma delas é que eu nunca tinha sido. Você pode ver que há um certo rodízio aqui dentro, não houve casos de repetição de chefia. Este é um processo democrático bastante fértil e o Departamento deve continuar com esta postura. Também coincidiu que, retornando do Canadá, devo ter trazido um certo potencial de novas informações que pudessem gerar certo tipo de liderança. Mais do que isso, trouxe uma certa disponibilidade que me permite uma dedicação exclusiva e total ao Departamento. Acredito que tenha reunido, em novembro passado, boas condições materiais e espirituais para que a partir daí se pensasse em mim para a chefia. É uma chefia que está sendo realmente dividida, partida, o sub-chefe, Murilo Ramos, tem amplas atividades de comando, e a gente se entende muito bem. São dois professores com dedicação exclusiva ao Departamento e eu acho que a experiência pode dar certo.

(Entrevista a Paula Mattoso)

cursos de Comunicação. Eu acho que as pessoas que pensam em fechar os cursos de Comunicação não entenderam ainda o que seja a comunicação em si, o que seja a função do comunicador.

CAMPUS — Essa não é a sua opinião?

SÉRGIO — Aí é que vem a minha idéia de que, ao comunicador, são exigidas três qualidades: a primeira, que ele seja um profundo conhecedor da linguagem usual dos homens, isto é, de como a sociedade se manifesta pela sua linguagem habitual. Em segundo lugar, que ele conheça outras linguagens específicas, como a linguagem da Economia, da Música, da Botânica, etc. Finalmente, o comunicador tem que ser um tradutor.

CAMPUS — Como se dá essa tradução?

SÉRGIO — A tradução é interpretação. Por exemplo, o jornalismo científico seria exatamente você conhecer a linguagem da Ciência, a linguagem da sociedade e fazer essa tradução: trazer à sociedade esse fragmento que é a Ciência, que é uma forma simbólica de conhecer a realidade, assim como a arte o é. Cabe ao comunicador puxar os dados da ciência que falem sobre o real e relacioná-los com o todo social, que é evidentemente político; em outras palavras, ligar tudo aquilo que acontece na sociedade com os valores políticos do momento.

CAMPUS — O que sugere para a crise do mercado de trabalho em Comunicação?

SÉRGIO — Acredito que, se os cursos de Comunicação devem estabelecer para si uma linha mestra, como vamos tentar na UnB, buscar a nossa eficiência no jornalismo político na cidade de Brasília, elas não só formariam profissionais mais capazes e competentes, como haveria aí uma concentração de esforços sem desperdício de energias com outras áreas que não seriam prioritárias. No caso específico da UnB, todos os professores se concentrariam no ensino do fenômeno do jornalismo político na cidade de Brasília. Assim, acredito que a massificação da procura não seria tão grande, teríamos menos alunos formados a cada ano, mas alunos melhor direcionados, evitando-se talvez o que está acontecendo hoje, a formação de muitos alunos que não estão encontrando trabalho.

CAMPUS — Isso traria mudanças ao Departamento. Como ficariam as habilitações Relações Públicas Propaganda?

SÉRGIO — As opções de Publicidade e Propaganda, assim como Relações Públicas, deveriam também se solidarizar com esta preocupação principal do Departamento: o fenômeno político e que no nosso caso se revela e se manifesta principalmente pelo exercício da atividade jornalística. Vamos dizer que hoje teríamos priori-

Disqueamizade:

A esquina eletrônica de Brasília.

Já existe em Brasília uma agência para amizades, e até casamentos. É o Disqueamizade, um serviço prestado pela Telebrasil desde setembro do ano passado, que tem como principal objetivo "promover a amizade pelo telefone".

Baseado no cruzamento acidental das linhas, que no Rio de Janeiro tornou-se conhecido como "Clube da Mula-Manca", e desenvolvido pelo escritor e humorista Luis Carlos Bravo, esse novo serviço consiste em colocar em contato, através do número 1453, cinco pessoas que não se conhecem, se sentem sós ou curiosas, e desejam conversar em português (para se falar em francês o número é 1452 e em inglês 1451). E apesar de ser acessível apenas aos prefixos 242, 243 e 244, segundo a Telebrasil cerca de 10 mil pessoas chegam a utilizar diariamente o número-código para ao diálogo em português, sendo o "horário da insônia" o mais procurado, ou seja, a partir da meia-noite.

Segundo a direção da Telebrasil, o "Disque", além de iniciar novos contatos

e estimular o diálogo, possibilita que as pessoas amenizem sua solidão, e por que não, "até resolvam seus problemas sentimentais". Vários grupos formados a partir do contato telefônico já se encontram periodicamente, quando então se conhecem mais profundamente, nascendo desses encontros amizades mais sólidas e até namoros promissores. Nesses oito meses, a Telebrasil já foi inclusive madrinha de um casamento; o de Amanda Caputo com Gilberto Francisco da Silva, que se conheceram através do Disqueamizade em novembro passado, e se casaram dia 24 de abril.

Para um usuário que se identificou com o pseudônimo de "Cigano", a utilização desse tipo de serviço não deve ser vista como uma anormalidade, mas como uma forma de aumentar o contato humano, diminuindo o isolamento e a solidão das pessoas nos centros urbanos. "Cigano" acredita também que o Disqueamizade não deve ser confundido com outros serviços como o Centro de Valorização da Vida e o Centro de Oração e Otimismo.

Para ele, estes são voltados para pessoas mais "problemáticas".

A psicóloga Tereza Mettel, do Departamento de Psicologia da UnB, afirma que o Disqueamizade pode ser um serviço positivo quando contribui para o desenvolvimento da sociabilidade através do telefone, e que esse serviço, substituindo o encontro nas esquinas e nas praças, tão comuns nas cidades do interior, "pode ser um novo canal de comunicação, facilitando, através da anonimidade, a comunicação dos tímidos". Segundo ela, provavelmente, grande parte das pessoas que procuram serviços desse tipo não são pessoas solitárias, mas sim, pessoas que procuram se divertir, numa comunicação leve e descompromissada com um desconhecido.

Para o professor Fernando Correia Dias, do Departamento de Sociologia da UnB, as relações de uma cidade grande são muito fragmentadas, não se completam, e isso gera uma insatisfação levando as pessoas a necessitarem de mais contato humano. Ele vê o Disqueamizade como um artifício para os tímidos, que sem

coragem para iniciar um contato pessoal, se valem do telefone para solucionar seus problemas de relacionamento e criar novas amizades.

Segundo fontes da Telebrasil, é possível que com o Disqueamizade tenha diminuído o número de trotes telefônicos, pois agora existe um número onde sempre há alguém disponível, pronto para conversar 24 horas por dia. E é bem mais saudável fazer amigos do que acordar estranhos no meio da noite e ouvir deles conselhos pouco recomendáveis.

Com o sucesso desse serviço, a Telebrasil pretende ampliar o sistema, buscando atingir toda a comunidade. O coronel Danton Nogueira, superintendente da empresa, afirma que a "Esquina Eletrônica de Brasília servirá de ponto de encontro para um número de pessoas cada vez maior."

(João Alberto Ferreira e Antonio Emílio da Costa)

Mudanças no Código de Radiodifusão

A sua televisão e o seu rádio poderão mudar. Uma nova Lei de Radiodifusão e Correlatos que substituirá o atual Código de Radiodifusão está sendo elaborada no Ministério das Comunicações, devendo entrar em vigor no próximo ano após ser apreciada pelo congresso Nacional, segundo informações do Secretário de Serviços de Radiodifusão Lourenço Nassib Chehab.

Esta nova lei que regulará os maiores veículos de comunicação do país mesmo antes de ser levada ao Congresso já está sendo debatida por profissionais ligados ao setor de Radiodifusão, que no dia 26 de abril se reuniram com o objetivo de preparar um documento contendo reivindicações dos jornalistas, radialistas, cineastas, músicos, artistas e pessoas ligadas ao rádio e TV, para sua maior participação no anteprojeto de lei já em andamento. Este documento será analisado no Congresso Nacional de Jornalistas a ser realizado em Guarapari, no mês de setembro, onde deverá receber o endosso da classe para, a seguir, ser enviado ao Ministério das Comunicações.

As entidades profissionais apontam algumas falhas no sistema que rege a televisão e o rádio brasileiros, a começar pelas concessões dos canais e frequências que,

segundo elas, são feitas de acordo com o interesse do Governo, tornando-se assim responsáveis pela falta de críticas ao regime e pela má qualidade da programação, na qual a informação passa a ser tão somente um produto jogado no mercado. Outra falha corresponde à centralização da produção no eixo Rio-São Paulo, onde estão 95 emissoras de Rádio e todas as emissoras de TV. Essa concentração afeta diretamente o mercado de Trabalho dos profissionais que se encontram fora deste eixo e acaba pouco a pouco com a cultura regional.

O mesmo ocorre com as agências de notícias internacionais e até nacionais. Elas geram a maior parte do noticiário, obedecendo os seus critérios de classificação de notícia, impondo sua visão do mundo e uma vez mais prejudicando a atuação de um maior número de profissionais da comunicação.

Com o atual código as grandes empresas são beneficiadas e geram o desaparecimento das pequenas emissoras ou as incorporam. Para exemplificar, basta observar que das 1300 estações de rádio AM e FM existentes no país, apenas 150 emissoras são municipais. Um fato curioso ocorre com a Igreja, pois é ela quem

controla o maior número de emissora, 350 no total.

Para o Secretário de Serviços de Radiodifusão, o novo Código não tratará das concessões de canais. Esta tarefa continuará a cargo do Executivo obedecendo aos mesmos critérios de seleção em vigor. O Ministério das Comunicações é o órgão responsável pela elaboração do Anteprojeto de Lei da Radiodifusão e de acordo com Chehab — não pretende intervir nas empresas particulares, seja definindo percentuais de programas locais ou legislando sobre os direitos dos profissionais da área.

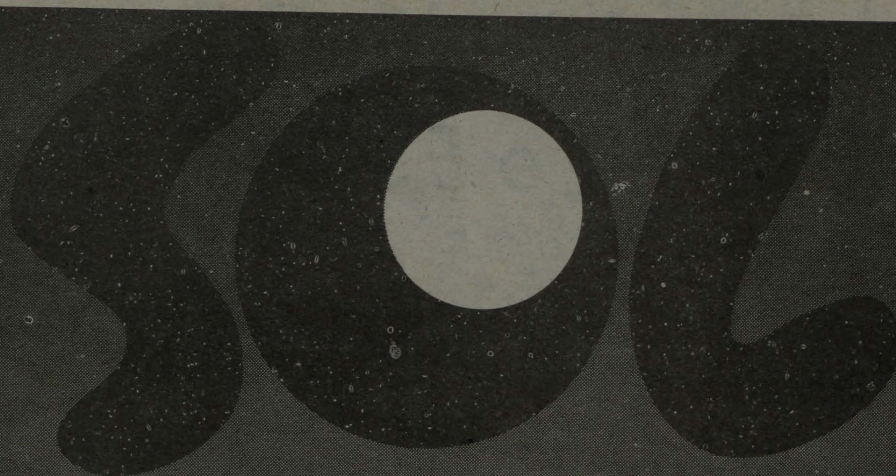
O Secretário declarou que há estudos para estimular a criação de novos centros de produção, como a facilidade de uso de frequência e redução dos impostos na importação de equipamentos. Mas explica "a nova Lei da Radiodifusão e correlatos não vai estabelecer regalias à nenhuma classe profissional e não deve esperar que a atividade de rádio e TV locais sejam paternalizadas pelo Governo". A preocupação maior, segundo Lourenço Chehab, é com a cultura local e não com o profissional. Deste modo os programas culturais regionais poderão ser produzidos nos grandes centros e serem impostos como

enlatados nacionais como tem acontecido.

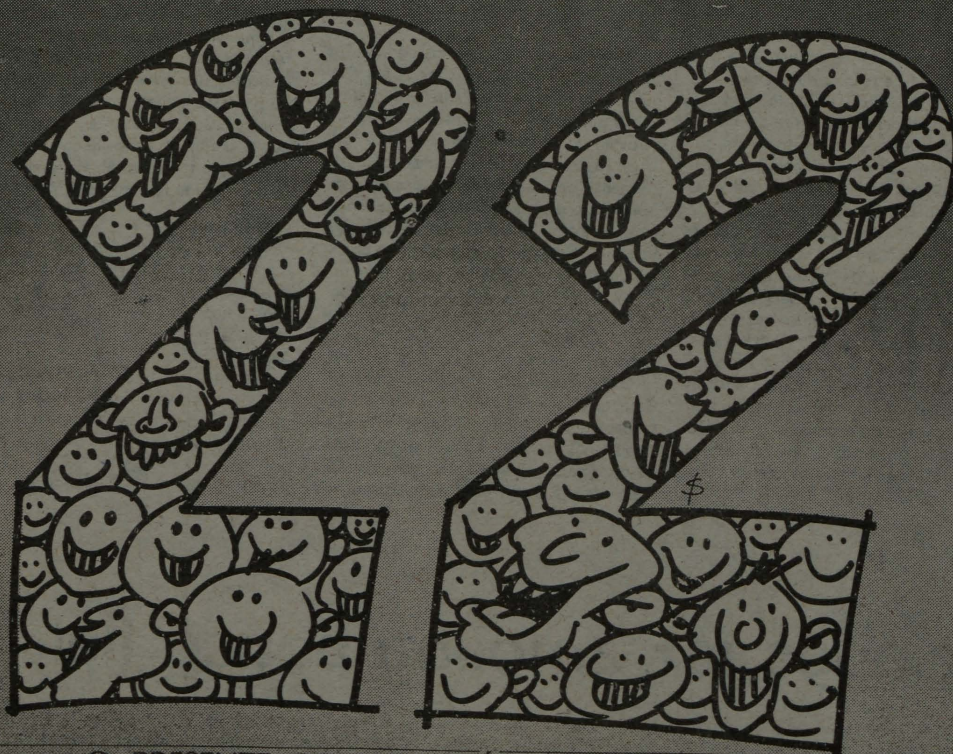
A produção nacional também não será protegida. Até agora a nova Lei não estabelece medidas protetoras à nossa programação. As agências de notícia e os enlatados estrangeiros continuarão arraigadas em nossos meios de comunicação, influenciando a opinião pública. A este respeito o secretário de Radiodifusão disse que "Não podemos condenar a sociedade a ouvir o que só acontece no Brasil".

O novo anteprojeto se limita a regular os direitos e deveres das emissoras, e não pretende intervir no problema da qualidade da programação. Mas, o Secretário garante que o texto será totalmente reescrito e tentará uma atualização para "Adequar seus serviços à sociedade e ao que ela espera". Ele acrescentou que antes de ser apreciado no Congresso no próximo ano, o Anteprojeto será submetido a um debate público pelo Conselho Nacional de Comunicação (CNC) onde todos os setores influentes na radiodifusão terão um prazo para apresentar sugestões. Depois, estabelecida uma decisão por maioria, será encaminhado ao Ministério das Comunicações.

(Beatriz de Castro Serra)



UM JORNAL A SERVIÇO DA COMUNIDADE — DISTRIBUIÇÃO GRATUITA — ANO 1, N.º 0 — BRASÍLIA, 21 DE ABRIL DE 82.



O PRESENTE DE ANIVERSÁRIO QUE TODA A CIDADE ESPERAVA: UM JORNAL QUE FALA DE SUA VIDA, SUA CULTURA, SUAS IDÉIAS, DA ALMA ALEGRE E JOVEM DA GENTE QUE HABITA O MELHOR LUGAR DE TODA A GALÁXIA.

Um "Sol" nasce em Brasília

A Cooperativa de Trabalho de Jornalistas do Distrito Federal lançou, no último

dia 21, o número zero de "O Sol", um jornal de utilidade pública e prestação de

serviços à comunidade, primeiro projeto criado e desenvolvido pela Cooperativa.

Contando, atualmente, com cerca de 250 associados, e tendo como objetivos a venda de serviços e a ocupação de um espaço no mercado, a Cooperativa de Trabalho de Jornalistas do DF proporciona, desta forma, aos seus membros, remuneração e condições de trabalho à altura de suas aptidões.

"O Sol" surgiu de uma discussão entre Etevaldo Dias, Paulo Euler, Ronaldo Paixão e Paulo Motta, e "vem para cumprir os fins da Cooperativa, ocupando um espaço ainda em aberto na Capital Federal".

O jornal objetiva colocar a comunidade ao par de todas as opções de lazer, esporte e cultura que nossa cidade oferece, e por isso sairá todas as sextas-feiras, com uma tiragem de 30.000 exemplares.

Sendo assim, "O Sol" procurará instruir sobre o uso das ciclovias que estão sendo construídas, promover maratonas, passeios turísticos e campeonatos interquadras. Ainda informará sobre as oportunidades de lazer e esporte que o Parque da Cidade cria e, também, sobre o funcionamento e a utilização do Parque da Água Mineral e do camping do DETUR, desconhecido da maior parte dos moradores da cidade, mas uma dos maiores campings urbanos do País.

Com relação à cultura, o jornal informará sobre todas as atividades desenvolvidas no Centro de Convenções, Teatro Nacional, Escola Parque, Cine Brasília, Galpão e Galpãozinho, procurando, também, promover os artistas de Brasília.

Outro ponto importante em "O Sol" é a cobertura que se pretende dar às populações das cidades satélites, que, dizem seus idealizadores, deverão receber o apoio decisivo do veículo através de um maior acesso a todo tipo de informação.

A Cooperativa obteve o apoio do Governo do Distrito Federal, que financiará todos os custos gráficos deste seminário, por ter visto nele "um instrumento da divulgação dos trabalhos realizados pela Administração Pública." O jornal, dessa forma, deverá "permitir um diálogo mais fácil entre o administrador e sua população, promovendo assim uma melhor compreensão das intenções, planos, projetos e obras do Governo".

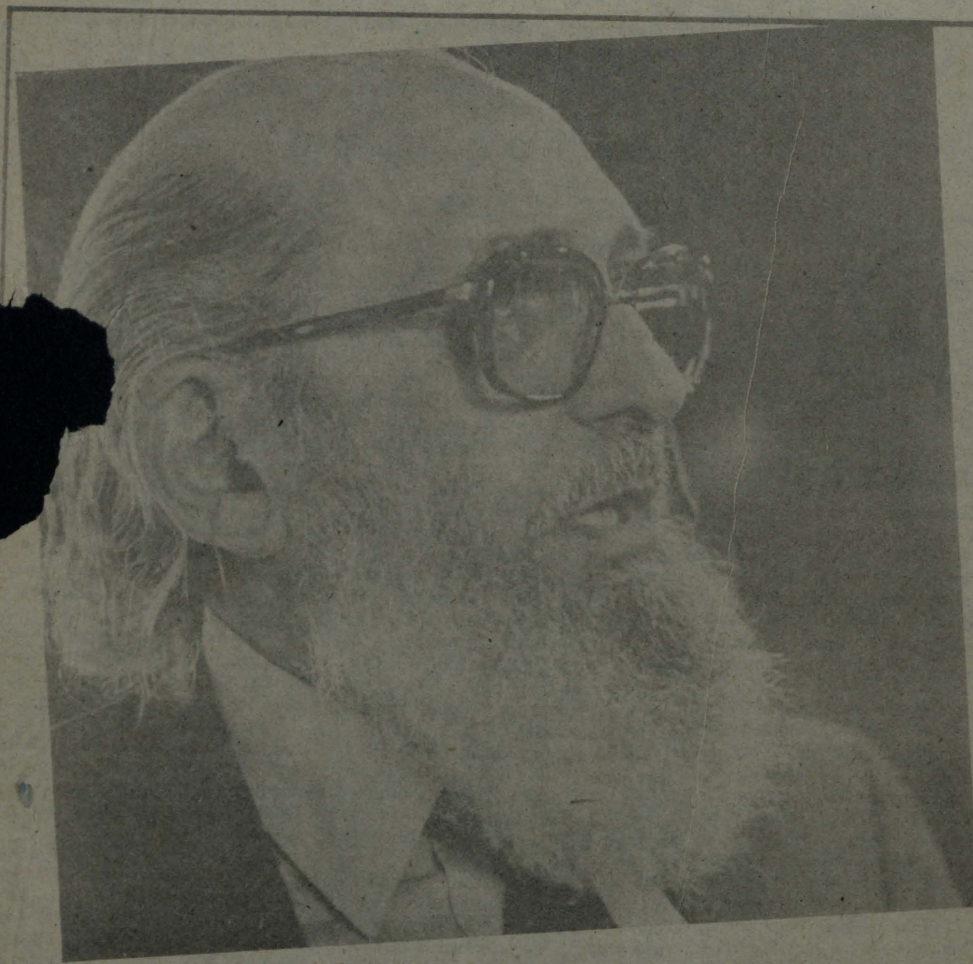
"O Sol" já tem seu diretor comercial escolhido, Fernando Vasconcelos, Presidente do Sindicato dos Publicitários do DF, e numa edição de, basicamente, 16 páginas, apenas seis poderão ser ocupadas por publicidade, cuja comercialização reverterá para a Cooperativa.

Além de Vasconcelos, nomes como Ronaldo Paixão e Luís Augusto Golo, respectivamente editor e sub-editor do jornal, já estão definidos. A equipe ainda contará com três repórteres/redatores, um fotógrafo, dois apuradores, uma secretária, um laboratorista e um contínuo, e com a colaboração de "free-lancers".

Para Paulo Euler, que é diretor de comercialização da Cooperativa, "O Sol" será "um veículo que a viabilizará economicamente". Sendo distribuído gratuitamente na Esplanada dos Ministérios, Rodoviária, Parque da Cidade, Torre de Televisão, postos de gasolina, Aeroporto de Brasília, clubes, hotéis, e Feiras do Guarã e da Ceilândia, estará atingindo segmentos representativos de toda a população do DF, cumprindo seu propósito: "prestar serviços".

(Isabel Cristina Ferreira)

As Idéias de Paulo Freire



Durante os dias 15, 16 e 17 de abril no auditório do Sesc realizou-se um seminário sobre o trabalho de Paulo Freire. A preços razoáveis para estudantes e comerciantes, apenas 200 cruzeiros, estes puderam apreciar a exposição de fotografias de Deobry Santos, que retrata um trabalho educacional feito por Paulo Freire, na cidade satélite do Gama, em 1963.

A explanação do dia 15 ficou a cargo da professora Helene Barros, da pós-graduação da UNB versando sobre o relacionamento entre Paulo Freire e a educação brasileira.

O professor Venício Artur de Lima ficou com o tema **Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire**, no segundo dia do seminário, cujo assunto também é abordado no livro de sua autoria. O professor Venício Ph.D. pela Universidade de Illinois, pretendeu mostrar neste seminário a contribuição de Paulo Freire aos cursos de Comunicação. Segundo ele, "a Comunicação e a Educação são práticas essencialmente políticas e a teoria da Comunicação esconde uma visão política". Enfatizou, ainda, o trabalho de Paulo Freire como uma perspectiva de libertação humana, indo mais além do campo da educação.

Para o encerramento o assunto foi **Educação e Política: Reflexões sobre uma pedagogia de libertação**, com Francisco Weffort.

O Seminário foi promovido pelos sindicatos dos jornalistas, dos bancários e dos comerciantes e pela Ordem dos Músicos do Brasil, no Distrito Federal. O diretório estudantil da UNB, do Ceub e da Católica também participaram do Seminário.

(Nilza Toscano)

O Negro no acervo cultural brasileiro

Finalmente foi concedido à raça negra espaço dentro do acervo cultural brasileiro. Trata-se da decisão tomada para efetivar-se o Projeto Zumbi no Estado de Alagoas, no município de União dos Palmares. Tal projeto visa homenagear Zumbi, líder negro, e seus guerreiros palmarinos, através do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, no âmbito da Universidade Federal de Alagoas.

Esse Centro, além da promoção de festivais, concertos, exposições de pinturas, etc, constituir-se-á na maior biblioteca especializada, cujo acervo será uma vasta documentação sobre a epopéia dos Palmares no País.

O projeto encontra-se atualmente, em sua fase de elaboração do "plano de manejo", que deverá ficar pronto em julho próximo. Após essa fase, teríamos as reais necessidades do projeto quer físicas ou financeiras, através de levantamentos ecológicos, arqueológicos, etc, e a Universidade Federal de Alagoas, em colaboração com outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além de outras entidades representativas da cultura negra no Brasil, construirá o Memorial Zumbi, na serra da Barriga, em União dos Palmares.

(Suely Tapejós)

Siqueira Campos na Coluna Prestes

Todos conhecem as peripécias da Coluna Prestes, que de 1924 a 1927, infernizou a vida do Governo, percorrendo o Brasil de ponta a ponta. Nascida das revoltas militares ocorridas em 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, contou com a participação de figuras que teriam grande importância no cenário político da Nação durante, pelo menos, 50 anos; Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Filinto Müller, entre outros, participariam de episódios fundamentais de nossa História influenciando até os dias recentes em setores da vida política nacional.

Poucos sabem, porém, da participação, entre os oficiais subalternos que compunham a coluna, de um jovem tenente que, com um grupo de pouco mais de 80 homens, comandou o último dos destacamentos a permanecer em território brasileiro, depois de Prestes cruzar a fronteira boliviana para abrigar-se em Gaipa, no ano de 1927. Era Siqueira Campos, um nome que, para muitos brasileiros, é apenas uma rua de Copacabana.

Siqueira Campos, na verdade, é personagem de proa da formação político-militar deste século, com atuação de destaque na década de 20 em episódios como a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana. É sobre essa figura meio esquecida pelas páginas dos livros de História que se de-

bruça a câmera do cineasta Henrique Gonzaga Goulart Jr, o Gougon, conhecido chargista radicado em Brasília.

Documentário a cores, em 16mm, rodado em Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, **O Terceiro Destacamento Isolado** registra a manobra que o tenente traçou nos últimos tempos da Coluna, descrevendo uma circunferência que vai de Campo Grande, no Mato Grosso, até Paracatu, em Minas Gerais.

No curta, dois depoimentos importantes: o do ex-comandante Luis Carlos Prestes, o primeiro que concede para cinema sobre a trajetória da Coluna; e o de Gelmiro Reis, uma das raras testemunhas oculares daqueles eventos conturbados, passados em Luziânia e na velha cidade de Goiás. Reis é fixado pela câmera de Vicente Fonseca enquanto mostra locais onde ficaram incrustadas balas de combates travados na região, além de Santa Luzia, povoado por onde passou Siqueira Campos. O tenente chegou a conquistar a cidade de Paracatu, depois de violento tiroteio, quando perdeu a vida seu ajudante de ordens, o Quatorze.

É documentário importante, não apenas pelo depoimento de Prestes, que lança para o espectador novas luzes sobre o período do Governo Artur Bernardes, mas também porque registra, de forma

inédita, a passagem da coluna pelo Planalto Central. O trabalho de Gougon foi inscrito no último Festival de Cinema de Gramado, que teve como vencedor **Pra Frente Brasil**, recentemente interdita do pela Divisão de Censura da Polícia Federal.

(Manoel Henriques)

JORNAL-LABORATÓRIO Nº 37

UNIVERSIDADE

DE BRASÍLIA (UnB)

DEPARTAMENTO

DE COMUNICAÇÃO

MAIO 1982

Publicação Mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Período I" e "Paginação e Revisão". Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Beatriz de Castro Serra (pág. 1) Carlos Penna Bresciani (pág. 2) Denise Moretti (pág. 3) Marcelo G. Vieira (pág. 4) Janir Medeiros Figueiredo (pág. 5) Ione Vanessa (pág. 8) Sônia Nogueira Mossri (pág. 9) Ricardo M. Bandeira de Mello (pág. 10)

Opiniões médicas garantem: 2 milhões morrerão em 1982



Em 1982, 2 milhões de pessoas vão morrer, no Brasil, de afecções cardiovasculares: 280 mil de enfarte, 90 mil de derrame cerebral e 2% da população adulta, ou seja, 1 milhão e 200 mil pessoas, poderão morrer em consequência de hipertensão arterial. Estes dados constam do relatório da Sociedade Brasileira de Cardiologia, resultado de uma pesquisa organizada pela entidade e apresentada no último congresso da categoria, em Brasília, em janeiro deste ano.

Num país onde o presidente, General João Figueiredo, quase perdeu a vida em decorrência de um enfarte provocado, segundo algumas opiniões médicas, pelo hábito de fumar, e onde o maior evento esportivo que mobiliza sua população — A Copa do Mundo — tem sua cobertura televisiva patrocinada por uma marca de cigarros, torna-se aparente que a propaganda desse hábito é, senão reforçada, pelo menos olhada com indulgência pelas autoridades responsáveis.

O Dr. José Ribamar Teixeira, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, afirmou em recente entrevista que "a principal causa indicada por pesquisas, como influente nas doenças do coração é o fumo". Outro médico, o Dr. Kleber Nogueira, clínico geral, apresentou outro dado estatístico que clarifica a pesquisa sobre os efeitos do tabaco no corpo humano: "No câncer considerado mais frequente, 'o carcinoma hepatoide', noventa por cento dos casos ocorrem em indivíduos fumantes".

O uso do tabaco acompanha o homem há muito tempo. Na África Central sua colheita é festejada até hoje pelas tribos locais. Os ameríndios cultivaram e inseriram o tabaco entre seus hábitos e lendas. No Oriente, o fumo faz parte de diversos rituais religiosos.

Ao que tudo indica, o hábito de fumar só causou mal ao homem depois de inserido no seu processo de vida urbana, através da comercialização exploradora, que tem seu suporte básico na propaganda, e por consequência, nos meios de comunicação de massa.

Sobre este aspecto, a antropóloga Ana Camargo, da UnB, fez a seguinte observação: "Numa comunidade rural, o camponês vai para a lavoura às cinco da manhã e trabalha até as onze, quando

então, ele sossega debaixo de uma árvore e fuma seu cigarrinho de palha, sem aditivos químicos. Ele não é levado a fumar desbragadamente por causa de um apelo propagandístico. Ele fuma num momento de descanso de meditação, como um prazer para compensar o árduo trabalho. Em outras palavras, existe um ritual atrás".

A opinião da antropóloga é compartilhada pelo sociólogo José Alves aluno de pós-graduação do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, que a encara sob outro ponto de vista: "A sociologia pode abordar essa questão da influência da propaganda no consumo de cigarros, no seu aspecto de formação de hábitos. Um uso difundido por um meio de comunicação com o poder de apelo da televisão, por exemplo, leva os indivíduos a crer que este uso é desejável sob uma perspectiva social, pois os anúncios sugerem que o melhor carro, o melhor vinho, o sucesso e a melhor posição estão com quem fuma".

A informação de que o uso excessivo de cigarros industriais provoca dependência física é antiga. Em 1969, o Dr. Oscar Auerbach e sua equipe do Veterans Hospital, em East Orange, Nova Jersey, provaram por meio de experimento controlado com cães, mamíferos com sistema metabólico e respiratório bastante semelhante ao do homem, que os cachorros ficavam dependentes fisicamente, em menos de um mês, fumando apenas nove cigarros ao dia.

No Brasil considerar o tabagismo um problema econômico está virando chavão. Incontáveis projetos tramitaram no Congresso Nacional, adotando medidas contra a propaganda indiscriminada do tabaco, mas nenhuma delas contribuiu realmente para diminuir sua influência. As relações entre o consumo de cigarros e a economia foram assim explicadas, a grosso modo, por Jorge Almeida, economista do IPEA: "O Governo e a Receita não podem se dar ao luxo de dispensar, ou mesmo diminuir a arrecadação dos impostos que incidem sobre os cigarros, porque ela representa uma gorda fatia da receita interna, podendo desequilibrar nossa balança de pagamentos e, conseqüentemente, toda nossa economia".

Um raciocínio coerente com este do economista do IPEA, mas que nos remete à outra face da moeda, é o de um alto

funcionário da Receita Federal, quando declarou no fim do ano passado, que "devíamos incentivar o consumo de tabaco para aumentar a receita sobre impostos e, assim, cobrir o déficit da previdência social".

Desta forma, sucessivamente, vão se acumulando as contradições no trato desta problemática importante, pelo menos no que diz respeito à saúde da população.

Incentivo ao cigarro causa aumento da Receita

Não fosse o cigarro, qualquer outro produto, industrial ou não, seria taxado altamente para favorecer a arrecadação da Receita da União. A seguinte opinião é consenso entre funcionários da própria Receita Federal: o Governo taxa, e taxa mal. Se assim não fosse, seria mais racional incentivar a propaganda e o consumo de outros produtos menos nocivos à saúde pública e obter deles os impostos necessários.

"O fumo é um dos principais responsáveis para o aumento da Receita da União, através dos altos impostos que incidem sobre ele. Só a arrecadação do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados — totalizou, no ano passado, Cr\$ 235.489 bilhões", afirma Ricardo Muniz Rangel, membro da Coordenadoria do Sistema de Informações Econômico Fiscais. Em todo o mundo, o Brasil é o país que mais imposto cobra sobre o cigarro: 72,96% de seu valor.

Na Alemanha Ocidental e no Reino Unido que, depois do Brasil, mais taxas fazem incidir sobre os cigarros, o total é de 71,4%. A Argentina ainda está longe; 66,5%. O Chile cobra 59,5% e os Estados Unidos, 35,7%.

Para obter esse recorde mundial, o Brasil começa cobrando 0,75% com o Selo de Controle, o PIS leva 1,04% e o ICM 3,54%. A maior incidência, no entanto, fica por conta do famoso IPI/fumo, 67,63%. Com isso tudo, um maço de Cr\$ 100,00 saíria da fábrica a um preço líquido de Cr\$ 27,04. O brasileiro fuma 72,96% de impostos e apenas 27,04% de cigarros.

De acordo com dados do boletim da ABIFUMO — Associação Brasileira das Indústrias de Fumo, a nova alta dos preços 12%, a segunda deste ano, tendo em vista os 35% concedidos em janeiro, foi estabelecida pelo Ministério da Fazenda. Uma marca de cigarros que custava, no fim do ano passado, Cr\$ 120,00, hoje está cus-

tando Cr\$ 180,00. A mais nova de que se tem notícia, e certamente não será a última, foi a inclusão de conjuntos de ginástica, raquetes de tênis, tacos de golfe e outros artigos esportivos, na lista dos 145 produtos considerados supérfluos pela SEPLAN, lista da qual não fez parte o cigarro.

O problema é a incoerência: fazer esporte é supérfluo. Fumar parece ser essencial! (Alfredo (Mendonça))

tando Cr\$ 180,00.

Um fato curioso é que o Governo não incluiu os cigarros na lista dos supérfluos, mas autorizou o aumento de preços. Certo é que os Cr\$ 180,00 arrecadados do IPI/fumo, parte dos gastos da Receita. Fontes da própria Receita afirmam que se os cigarros fossem taxados com produtos iriam substituí-los, des das taxas cobradas para o mesmo.

Manoel Gomes, dono do bar "Manoel", localizado na 513 sul, reparou a partir do mês de setembro do ano passado muitos de seus fregueses, classe média, passaram a fumar cigarros mais baratos. As prateleiras ficavam cheias de cigarros finos de preços "apimentados". Houve até uma queda sensível nas vendas. Mas este ano, diz Manoel, "os cigarros passaram a ser vendidos quase que normalmente".

Este fato tem sua explicação. Segundo a ABIFUMO, a estratégia de marketing das empresas concentrou-se em três pontos. O primeiro foi e é uma tentativa de adaptação à crise econômica, com a promoção de marcas ligeiramente abaixo do preço médio para aproveitar a tendência da compressão orçamentária de uma parcela da classe média (cigarros Plaza). A outra variou entre uma conservação e uma ênfase maior na promoção de cigarros de preços médios e consumo tradicionalmente elevado — os cigarros que há muito tempo mantêm, destacadamente, a liderança do consumo no país (Hollywood, Minister, Carlton, etc.). A terceira parte da estratégia de marketing das empresas concentrou-se nos baixos teores. O mercado de cigarros está altamente sofisticado porque os fabricantes apostam na força dos "lights" — cigarros mais fracos — por acreditarem que a expansão das vendas continuará se deslocando para este segmento. (Mércia Martins)

O esporte ainda é opção de saúde

Os alunos da UnB podem desenferjar o corpo acostumado a horas dentro das salas de aula, bastando escolher o esporte de sua preferência. A Associação Atlética Acadêmica da Universidade oferece cursos básicos e de aperfeiçoamento em várias modalidades. Os alunos interessados em participar podem se inscrever na secretaria da Associação Atlética, no Centro Olímpico.

Para quem pretende iniciar-se em um esporte, em maio começarão cursos de Atletismo, Basquete, Handebol, Judô, Caratê, Musculação, Polo Aquático, Tênis, Tênis de Mesa, Vôlei e Xadrez.

Os adeptos do Atletismo poderão participar de uma corrida de fundo, no dia 19 de maio, em Taguatinga. Essa competição é aberta à comunidade e faz parte das atividades de comemoração do dia do Trabalhador.

Na Natação, uma atividade de âmbito nacional. Trata-se do 1º Festival de Natação,

com a participação de universitários de várias partes do Brasil. O Festival será em maio, mas ainda não tem data marcada. Outra competição muito original para os nadadores será a travessia do Lago Norte. Vai ser escolhido um trecho do Paranoá que os atletas, todos alunos da UnB, terão que atravessar.

Um passeio Ciclístico está marcado também para maio e vai por em prova a resistência de alunos e professores da Universidade. O percurso é de 18 quilômetros aproximadamente. A largada será na Rodoviária; os competidores terão que contornar o Lago Sul, retornando ao ponto de partida.

As demais modalidades de esportes terão campeonatos internos no âmbito da Universidade. As inscrições podem ser feitas individualmente ou por equipes, bastando que todos os atletas sejam alunos da UnB.

(Iara Altairini)

O tumultuado namoro entre Cinema e Estado

O tumultuado namoro cinema brasileiro/Estado, que teve sua última rusga pública recentemente, com a queda do diplomata Celso Amorim da direção geral da Embrafilme, já dura, pelo menos, 50 anos. Em 1932, Getúlio Vargas assinava decreto que criava uma reserva de mercado para garantir a exibição da produção local. O texto previa a projeção obrigatória de um filme de curta metragem cada vez que um longa ganhasse a tela. De lá pra cá, algumas modificações. Em 1939, tornou-se compulsória a exibição de pelo menos um longa de ficção nacional por ano, nas salas do país. Em 1946, o número sobe para 3.

O critério da quantidade de dias reservados à produção cinematográfica nacional, que dura até hoje, foi inaugurado em 1959, quando foi assegurado um mínimo de 42 dias por ano para as fitas brasileiras. Em 1963, 56 dias. Em 1971 — quando a Embrafilme já existia — a reserva dá um salto violento, e passa a ser de 112 dias. Tal ousadia foi recebida pelos exibidores quase como uma declaração de guerra, que tanto pressionaram que o Governo reduziu o número para 96 e, logo depois, para 84 dias.

Em 1977, com o sucesso de algumas produções nacionais, os exibidores descobrem um jeito de driblar a imposição do número de dias obrigatórios para o filme brasileiro. Simplesmente pegavam uma dessas fitas de bilheteria garantida e a mantinham em cartaz pelo período mais longo possível. Nova briguinha, e os namorados decidem então que tal filme só

poderá continuar numa mesma sala por, no máximo, 4 semanas. Hoje, 140 dias do ano são reservados para a produção nacional, e os exibidores se dizem satisfeitos. Afinal, pornochanchadas não faltam, para tapar eventuais lacunas de boas produções.

Em meio à esse vai e vem, a questão básica nunca foi discutida a fundo — o protecionismo do Estado, ao criar uma reserva de mercado para a produção local, agiu como o rapaz esperto que namora a caçula mas, na verdade, está mesmo de olho na irmã mais velha, que “sabe das coisas”. A verdade é que o Estado, no lugar de criar uma reserva para o filme brasileiro, deveria tê-lo feito para a produção importada. O problema basilar, conforme nota Jean-Claude Bernardet, é que “a quantidade de reserva de mercado outorgada sempre ficou além das possibilidades de produção”. Limitando o número de dias dedicados à fita estrangeira, automaticamente dá-se um incentivo à produção nacional. Mas não existe soluções fáceis para essa briga de namorados.

No final dos anos 60, com a criação da Embrafilme, abre-se a fase da empresa como financiadora de produções. Com a parte do lucro retido no país das fitas importadas, passa a bancar roteiros e orçamentos que lhe são submetidos. Claro, quem estivesse disposto a procurar a Embrafilme, ficava numa posição delicada, dependendo diretamente do aval do Estado que, desnecessário dizer, não estava nada disposto a financiar obras que, de alguma forma, colocassem em xeque sua atuação.

Em 1973, inaugura-se o regime de co-produção. A partir dessa data, a empresa passou a arcar com os riscos e lucros comerciais dos filmes. De mera financiadora, agência bancária estatal, passa a acumular seu próprio capital, com os lucros provenientes das realizações de que participa. Menos de um ano depois, a Embra se posiciona em outra área — passa a distribuir não só os filmes dos quais participa na produção, mas também qualquer outra fita que lhe seja confiada. É mais ou menos esse o quadro da Empresa Brasileira de Filmes, no momento em que a proibição de *Pra Frente Brasil* recoloca uma série de questões sobre seu papel e possível autonomia.

A maioria dos cineastas brasileiros de sucesso — Arnaldo Jabor, Cacá Diegues, Barreto, Joaquim Pedro — adotaram a habitual atitude de protesto ante a interdição do filme de Roberto Farias. Entretanto, mantém uma posição bastante cautelosa em relação ao futuro da Embrafilme. Jabor, saído de uma audiência com Rubem Ludwig, não relutou em brindar o ministro como o gracioso epíteto de “um cara joinha, que daria um ótimo presidente”. O episódio, entretanto, é mais do que engraçado. Ilustra, de forma sintética, o fato de que o Estado sempre esteve presente na área cultural.

O esclarecimento é, mais uma vez, de Bernardet: o mecanismo que rege o relacionamento Estado/realizadores acaba sempre colocando o primeiro na condição de outorgante, e o segundo no papel de solicitante. Esse dilema é sistematicamente

te abordado por um segundo grupo de cineastas, que acusam os “medalhões” de se entronizarem, de usurparem uma empresa que deveria estar aberta à todo tipo de realizações. Rogério Sganzerla, que, com Julio Bressane, forma a dupla mais atuante do cinema *underground*, ou independente, ou marginal (as denominações são muitas, nenhuma esclarecedora), surgindo no final dos anos 60, é um dos mais vigorosos críticos da ação dos “seis cardeais”, que é como os chama.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, no dia 19 de abril, acusa: “Com exceção de meia dúzia de manipuladores do pornochique ao dramalhão histórico, atualmente não há lugar para criação de cinema no país. Seis signatários dos manifestos elitistas de sempre não podem representar democraticamente o potencial do processo cinema no Brasil. Se há uma palavra para caracterizar o motivo da queda de um de seus diplomatas envolvidos na questão cultural, ela também define a sua gestão (ou congestão?): arbitrio”.

Crises como essa suscitada por *Pra Frente Brasil* mostram que o cinema brasileiro não pode ser pensado independentemente do quadro sócio-político econômico do país. Um personagem do romance de Paulo Francis, *Cabeça de Negro*, declara, num momento de perplexidade que, no Brasil, “a situação é sempre desesperadora, mas nunca é séria”. A frase parece feita sob medida para a questão-Embrafilme.

(Manoel Henriques)

Veto a premiados faz amostra pouco fiel

“Um Salão cada vez mais Brasília, e que tende a se reduzir a um movimento municipal, de fato”: essa é a opinião da crítica de arte Aline Figueiredo sobre o 49º Documento de Arte Contemporânea do Centro-Oeste, que será aberto ao público no período de 11 a 25 de maio.

O Documento é uma exposição coletiva, que reúne pinturas, esculturas e desenhos, exprimindo todas as manifestações plásticas levantadas pela Funarte nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. É ou, pelo menos deveria ser. Aline Figueiredo, que também foi jurada no 49º Salão, denuncia: “O Salão não está conseguindo alcançar o objetivo inicial”.

Entre os motivos do insucesso da proposta estaria um dos regulamentos da Funarte, que veta a participação de artistas que já tenham sido premiados nos outros Documentos. Com mais ou menos cinco artistas premiados a cada ano,

a Funarte já impediu a exibição de 15 artistas do Centro-Oeste. Para o 49º Documento 20 artistas deixaram de concorrer. O resultado disso seria, então, uma amostra pouco fiel do que se faz em termos de arte no Centro-Oeste.

Para o crítico de arte Aderson Medeiros existe ainda outro problema: “A Região Centro-Oeste não dispõe de um grande número de artistas que possam tomar parte de uma regional”. Isso significa, para ele, “o empobrecimento qualitativo e quantitativo do Documento”.

AS SAÍDAS

“Não confiar nas instituições, por parte do artista, e sair à procura do artista, por parte das instituições”, seria uma saída para Aline Figueiredo. O artista, de acordo com Aline, não pode esperar que as inscrições sejam enviadas e, tampouco, confiar no cadastramento de artistas que as instituições de arte elaboram. E as

instituições também não devem se prender a avisos postais”. É importante que “elas saiam carregando uma bandeira na frente e conversem diretamente com os artistas e distribuam as inscrições”. Senão, acrescenta Aline “o resultado aí está: Um Salão para principiantes”.

Um outro estímulo para o Salão seria, para o crítico Aderson Medeiros, a retirada do prêmio de aquisição, que consiste em reter a obra e dar um prêmio em dinheiro para o artista. Aderson acredita que isto na verdade não é um prêmio, mas uma troca. Mesmo entendendo a posição da Funarte, que procura aumentar seu acervo, Aderson e Aline acham que essa não é solução. Para eles, a Funarte devia ter, ao lado dos prêmios estipulados, uma quantia reservada para a aquisição das obras de arte.

ORIENTAÇÃO

Em que pese a crítica que vem sendo feita ao Documento, nem tudo na sua or-

ganização é condenado. Em 1982, por exemplo, as seleções feitas pelo Documento, além de funcionar como promoção do artista, serviu também de orientação para seu trabalho. “Se, explica Aline entre cinco trabalhos inscritos, dois foram escolhidos para apresentação, o artista deve desenvolver mais a linha daqueles trabalhos selecionados”. O corte da “obra má e a seleção da obra boa”, acaba indicando o caminho. Mas Aline diz ainda que nem sempre é possível separar para a apresentação, o trabalho artista. “É o caso dos Salões Nacionais”, esclarece a crítica, “que aceitam ou tudo ou nada. Mas no caso de Salões Regionais, é viável. Assim, uma Amostra da Região, como o Documento de Arte do Centro-Oeste, tem grandes chances de fazer levantamento de sua produção plástica, atuar de forma didática, contribuindo para o enriquecimento e beleza da Amostra”, finalizou.

(Marília de Castro)